



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Faculdade de Ciência da Informação
Curso de Graduação em Biblioteconomia

Helóisa Paulo da Cunha da Silva

Bibliotecas Universitárias e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985): controle, censura e modos de resistência

Brasília

2025

Heloísa Paulo da Cunha da Silva

Bibliotecas Universitárias e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985): controle, censura e modos de resistência

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Rabello

Brasília

2025

CIP - Catalogação na Publicação

P586b Paulo da Cunha da Silva, Heloisa.
Bibliotecas Universitárias e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985): Controle, Censura e Modos de Resistência / Heloisa Paulo da Cunha da Silva;

Orientador: Rodrigo Rabello da Silva. Brasília, 2025.
44 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação - Biblioteconomia) Universidade de Brasília, 2025.

1. Bibliotecas Universitárias. 2. Biblioteca Central da UnB. 3. Ditadura Civil-Militar brasileira. 4. Censura. I. Rabello da Silva, Rodrigo, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Título: Bibliotecas Universitárias e a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985): controle, censura e modos de resistência

Autor(a): Heloísa Paulo da Cunha da Silva

Monografia apresentada em **8 de maio de 2025** à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador (FCI/UnB): Dr. Rodrigo Rabello da Silva
Membro (FCI/UnB): Dra. Ana Carolina Simionato Arakaki
Membro (FCI/UnB): Dra. Michelli Pereira da Costa



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Rabello da Silva**, **Coordenador(a) da Coordenação do Curso de Biblioteconomia da Faculdade Ciência da Informação**, em 09/06/2025, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Michelli Pereira da Costa**, **Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/06/2025, às 19:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Simionato Arakaki**, **Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 09/06/2025, às 21:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **12791330** e o código CRC **348FF077**.

Referência: Processo nº 23106.055731/2025-76

SEI nº 12791330

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Roseane, que me ajudou em todas as etapas do processo e sempre se dispôs a estar ao meu lado, incondicionalmente. Seu amor, apoio e força foram meu alicerce nos momentos mais desafiadores.

À Brenda e à Jéssica, que viveram comigo todas as dores e delícias da vida universitária. Compartilhar minhas experiências e minha vida com vocês tornaram essa jornada mais leve e significativa.

Ao meu querido amigo Thiago, com quem divido não apenas dúvidas e alegrias, mas também sonhos e conquistas.

Aos meus professores do curso de Biblioteconomia, que me guiaram com sabedoria e paciência, contribuindo para meu crescimento acadêmico e pessoal.

Ao meu orientador, Rodrigo Rabello, sem o qual nada disso seria possível.

E, por fim, a todos que, de alguma forma, estiveram presentes nessa trajetória.

Obrigada!

RESUMO

Considerando a relação entre a censura imposta pela Ditadura Civil-Militar brasileira (1964–1985) e o funcionamento da Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), o estudo propõe compreender de que forma a repressão impactou a gestão dos acervos, o acesso à informação e a atuação dos bibliotecários. A pesquisa parte do entendimento de que a prática bibliotecária é inevitavelmente política e busca identificar formas de resistência ou de conformidade adotadas pelos profissionais da BCE diante das imposições do regime. O estudo tem como objetivo, portanto, investigar a relação entre a Ditadura e as bibliotecas universitárias, concentrando-se no contexto brasileiro e no papel desempenhado pela Biblioteca Central da UnB nesse cenário. Para isso, adota uma abordagem crítica, com base em análise documental e revisão da literatura obtida em bases como BRAPCI, BDTD e Google Acadêmico. Os resultados indicam que, embora a produção acadêmica sobre o tema ainda seja escassa, a censura exerceu efeitos significativos sobre a circulação do conhecimento e a preservação do patrimônio documental, com impactos na formação intelectual e cultural da universidade. Por fim, a pesquisa destaca a importância das bibliotecas como espaços de resistência e reforça a necessidade de refletir sobre sua função social em contextos autoritários, contribuindo para a valorização da memória institucional e o fortalecimento da democracia.

Palavras-chave: Bibliotecas universitárias. Biblioteca Central da UnB. Ditadura Civil-Militar brasileira. Censura.

ABSTRACT

Considering the relationship between the censorship imposed by the Brazilian Civil-Military Dictatorship (1964–1985) and the functioning of the Central Library of the University of Brasília (BCE/UnB), this study seeks to understand how repression affected collection management, access to information, and the role of librarians. The research is grounded in the understanding that librarianship is inherently political and aims to identify forms of resistance or compliance adopted by BCE professionals in response to the regime's impositions. The study, therefore, aims to investigate the relationship between the dictatorship and university libraries, focusing on the Brazilian context and the role played by the Central Library of UnB in this scenario. To this end, it adopts a critical approach based on document analysis and a literature review drawn from databases such as BRAPCI, BDTD, and Google Scholar. The findings indicate that, although academic production on the subject remains limited, censorship had significant effects on the circulation of knowledge and the preservation of documentary heritage, with consequences for the intellectual and cultural development of the university. Finally, the research highlights the importance of libraries as spaces of resistance and emphasizes the need to reflect on their social role in authoritarian contexts, contributing to the appreciation of institutional memory and the strengthening of democracy.

Keywords: University libraries; Central Library of the University of Brasília; Brazilian Civil-Military Dictatorship; Censorship.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCE - Biblioteca Central da Universidade de Brasília

BDTD - Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

BRAPCI - Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação

DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda

DNI - Departamento Nacional de Informações

SNI - Serviço Nacional de Informações

UnB - Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Delimitação do problema	10
1.2 Justificativa	11
1.3 Objetivos.....	12
1.3.1 Geral.....	12
1.3.2 Específicos	12
1.4 Metodologia.....	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1 Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)	15
2.2 Universidade e ditadura militar	17
2.3 Bibliotecas em regimes de exceção	20
2.4 Bibliotecário como um agente político.....	23
2.5 Atuação profissional e censura	26
2.6 Bibliotecas universitárias e censura	28
3 RESULTADOS.....	31
3.1 Entre leis e silêncios: os fundamentos legais da repressão cultural	31
3.2 Conhecimento vigiado: a Biblioteca da UnB no cerco da repressão	33
3.3 Apresentação e interpretação dos resultados	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
Referências.....	41
Apêndice A – Quadro dos documentos recuperados.....	45

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa surgiu com o intuito de investigar a o tema da relação entre Ditadura e bibliotecas universitárias, focando na atuação da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília durante o regime militar brasileiro ocorrido entre 1964 e 1985. Desse modo, o presente trabalho tem como finalidade contribuir para o entendimento sobre a perspectiva de atuação do bibliotecário, influência que, combinada com outras forças, também pode ser utilizada para criar cenários de cerceamento da informação. Essa chance é criada quando as práticas profissionais, baseadas no discurso de “apolitismo”, não são construídas tendo como premissa produzir espaços em que são abertas possibilidades de diálogos heterogêneos, afinal, o princípio de que

o bibliotecário não deve ser, em sua prática profissional, nem de esquerda, de direita ou de centro, devendo ser totalmente apolítico e neutro [...] pode ser uma proposição sincera e bem intencionada, mas pode ser, também, uma maneira de utilizar bibliotecários, bibliotecas e centros de documentação como armas de controle (Vergueiro, 1988, p.212).

Nesse sentido, em situações de normalidade democrática ou de períodos de exceção, o papel do bibliotecário, em suas variantes de possibilidades, será sempre político, seja por agir a favor ou contrário ao arbítrio ou se omitir ou permanecer inerte à ação (que, paradoxalmente, também é uma forma de ação). No filme *Storm Center* (1956), dirigido por Daniel Taradash, uma bibliotecária, interpretada por Bette Davis, se vê diante de um dilema moral ao ser pressionada por autoridades locais a retirar de uma biblioteca pública um livro considerado subversivo. O enredo explora o conflito entre o dever profissional de garantir o acesso irrestrito ao conhecimento e as pressões políticas que buscam controlar e censurar a informação. A protagonista resiste à pressão, defende o princípio de que a liberdade intelectual é fundamental para o funcionamento de uma sociedade democrática.

Assim, o tema de censura e repressão ao pensamento pode ser diretamente correlacionado ao período da Ditadura Civil-Militar no Brasil, onde o regime impôs uma rígida censura sobre a produção cultural, acadêmica e informacional. Durante esse período, as autoridades militares, em conjunto com o Serviço Nacional de Informações (SNI), exerceram um controle sistemático sobre a circulação de informações, com o objetivo de garantir a permanência do regime e sufocar qualquer oposição, real ou percebida.

O problema central a ser investigado nesta pesquisa refere-se à intersecção entre a censura imposta pelo regime militar e os reflexos dessa censura na UnB, com foco nas implicações dessa repressão na BCE e no fazer do bibliotecário, afinal, o cerceamento dos instrumentos de conhecimento não apenas limitou a liberdade de expressão dos autores, mas também afetou a circulação e o acesso às obras, situação que compromete a função das bibliotecas como centros de promoção da cultura.

Documentalistas, assim como outros pesquisadores e profissionais, carregam consigo o peso político das suas ações. Esse peso, ou sua aparente ausência, influencia o sentido de como a informação é organizada e de como o acesso ao conhecimento é permitido ou obliterado (Rabello, 2024, p. 6).¹

Dessa forma, é necessário entender como as bibliotecas enfrentaram os desafios impostos pela censura e qual foi o impacto dessa dinâmica na preservação do patrimônio documental, já que ao restringir o acesso a determinadas obras, o regime militar limitou a exposição dos estudantes e pesquisadores a perspectivas plurais e críticas, o que pode ter tido efeitos duradouros na formação intelectual e cultural da sociedade. Além disso, a censura colocou em risco a preservação de obras que, por serem consideradas subversivas, corriam o risco de ser destruídas ou perdidas. A pesquisa busca, portanto, avaliar como a BCE/UnB lidou com esses desafios e qual foi o seu papel na proteção desse patrimônio.

1.1 Delimitação do problema

Assim, ao considerar o papel político do bibliotecário, a delimitação do problema é estabelecida a partir da análise da repressão imposta à BCE da Universidade de Brasília (UnB) durante o período, com o objetivo de identificar as especificidades dos métodos adotados pelas autoridades ligadas à censura para restringir o acesso à informação naquele contexto.

A partir disso, surgem questões centrais para o desenvolvimento da investigação: quais foram as formas de censura que impactaram as operações da

¹ O trabalho discute o papel da memória material e da documentação popular como dispositivos simbólicos e epistemológicos fundamentais para o fortalecimento de uma cultura memorialística mais plural e democrática. A partir de aportes da Ciência da Informação, da historiografia e de estudos sobre patrimônio, articula testemunhos orais e documentais que revelam o protagonismo da Paróquia Nossa Senhora de Fátima (Guarulhos-SP) na denúncia do Esquadrão da Morte e na redemocratização do país durante a Ditadura Civil-Militar. Ao traçar paralelos com eventos autoritários recentes no Brasil, evidencia-se o valor de espaços formais e informais de memória e informação. Conclui-se pela urgência de preservar e ativar centros de documentação popular como *loci* de resistência, mediação e participação cidadã (Rabello, 2024).

biblioteca? Como os funcionários da instituição reagiram a tais medidas? Adicionalmente, questiona-se se houve resistência por parte dos bibliotecários ou se esses profissionais se submeteram às imposições do cerceio, sendo fundamental, portanto, a análise das posturas adotadas diante da intervenção estatal e da relação entre os profissionais da biblioteca e a preservação da liberdade acadêmica e intelectual.

Portanto, a pesquisa se concentra em compreender não apenas os mecanismos formais de controle da informação, mas também as dinâmicas de resistência ou submissão que marcaram a atuação dos servidores da Biblioteca Central da UnB nesse período de repressão.

1.2 Justificativa

A justificativa para a pesquisa se baseia no entendimento da relevância de se resgatar e analisar um período histórico que, embora amplamente estudado, possui ainda inúmeras lacunas que repercutem na sociedade. O regime militar no Brasil (1964-1985) foi marcado por profundas transformações políticas, sociais e culturais, e sua análise permite compreender não apenas os mecanismos de repressão e controle, mas também as formas de resistência e adaptação que emergiram em diferentes setores da sociedade. Nesse contexto, os documentos – sejam eles livros, periódicos, manifestos ou registros institucionais – assumem um papel fundamental como expressão da sociedade e, em tempos de repressão, tornam-se meios cruciais de resistência e contestação. Eles não apenas registram os fatos, mas também revelam as estratégias de sobrevivência e luta de indivíduos e instituições frente à censura e ao autoritarismo. Compreender essas nuances contribui para uma maior apreciação do papel dos centros de informação - como bibliotecas e arquivos - no engajamento por políticas públicas resistentes à censura e na promoção do acesso democrático ao conhecimento.

Ademais, a análise do papel das bibliotecas universitárias durante a ditadura militar revela a importância dessas instituições para a guarda do conhecimento e da cultura, destacando suas estratégias de resistência e adaptação frente à censura. Esse trabalho incita reflexões sobre a importância da liberdade de expressão e do acesso à informação em sociedades democráticas, bem como em regimes de exceção. Assim, faz-se necessário reconhecer e valorizar a resistência cultural em tempos de autoritarismo, promovendo uma reflexão crítica sobre o passado e suas

reverberações no presente. Ao fazer isso, o estudo pretende contribuir para a construção de uma memória coletiva que fortaleça a democracia e inspire ações comprometidas com a justiça social e a liberdade intelectual.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

O objetivo geral desta pesquisa é **investigar o tema da Ditadura e sua relação com as bibliotecas universitárias, focando na Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985) e no papel da Biblioteca Central da UnB nesse contexto.** Parte-se do pressuposto de que o cerceamento da liberdade de expressão impactou suas práticas cotidianas, a gestão de acervos e o acesso à informação. Também considera que os profissionais adotaram estratégias de resistência ao cerceamento da liberdade de expressão.

1.3.2 Específicos

1. Investigar como as políticas de censura e repressão influenciaram a gestão de acervos e serviços oferecidos pela Biblioteca Central da UnB durante o período da ditadura.
2. Identificar episódios de resistência ou conformidade por parte dos bibliotecários, gestores e demais servidores da Biblioteca diante das imposições do regime militar.
3. Analisar as transformações institucionais e estruturais da Biblioteca Central da UnB no período, considerando seu papel na produção, circulação e restrição do conhecimento no ambiente universitário.

1.4 Metodologia

Ao iniciar um trabalho de pesquisa há que se definir um percurso metodológico que possibilite alcançar a meta definida. Assim, desde a delimitação do tema da pesquisa há que se orientar por uma linha teórica que esclareça a posição do pesquisador. Em vista disso, faz-se necessário que se delimite minimamente as bases que fundamentam a concepção sobre a produção de

conhecimento que, “[...] tem por princípio apontar as contradições sociais sob as quais vivemos e, em especial, denunciar a opressão e a violência como elementos inerentes às relações de produção” (Alexandre, 2021, p. 91). Nesse sentido, a pesquisa se alinha a uma perspectiva crítica, que busca não apenas descrever os fatos, mas também compreender as estruturas de poder e as dinâmicas sociais que os sustentam.

O percurso escolhido enveredará pela coleta de informações por meio de uma revisão documental e narrativa da literatura sobre o tema, utilizando livros, artigos, teses e dissertações que abordam conceitos relevantes para esta pesquisa. Também foram analisados o *Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade*, de 2015 (Universidade de Brasília, 2015), e leis e decretos promulgados durante o período da ditadura (Brasil, 1967; 1968; 1970), que servem como base para a compreensão do contexto político da época. Esses documentos foram encontrados através de estratégias de buscas na Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e na plataforma do Google Acadêmico.

Para o refinamento dos dados, utilizou-se o operador booleano AND, o que permitiu combinações mais precisas de palavras-chave nas buscas. Foram priorizados textos publicados entre 2015 e 2025, período posterior à divulgação do *Relatório da Comissão Anísio Teixeira de Memória e Verdade* (Universidade de Brasília, 2015), cuja publicação estimulou novos estudos e reflexões sobre os impactos da Ditadura Civil-Militar no meio acadêmico e institucional. Essa delimitação temporal visou contemplar produções recentes que dialogam com uma perspectiva atualizada e crítica sobre o tema.

Na Brapci, utilizou-se os termos “ditadura” and “biblioteconomia”, o que levou a recuperação de nove documentos, entre esses, quatro foram utilizados na presente pesquisa. Os termos “Ditadura” and “UnB” não resultaram em nenhum texto relevante para uso, assim como “censura” and “UnB”. Na base de dados da BDTD, através das palavras-chave “ditadura” and “biblioteconomia”, recuperou-se 13 documentos, e entre esses, dois se mostraram relevantes para a pesquisa. Quando aplicados os termos “ditadura” and “unb” no Google Acadêmico, foram recuperados 235 documentos, então optou-se por restringir a busca adicionando o termo “censura”, o que resultou em 23 documentos, dos quais apenas dois foram utilizados (Apêndice A).

Os critérios de escolha para a utilização dos textos encontrados basearam-se, em primeiro lugar, na relevância temática em relação aos eixos centrais da pesquisa: a conexão entre a ditadura e os meios de informação e a censura em seus diversos aspectos, com foco principal no contexto brasileiro do período de 1964 a 1985. Buscaram-se textos que tivessem como núcleo a relação dos bibliotecários com a vigilância informacional imposta por órgãos de censura, mas foi encontrada pouca literatura a esse respeito. Foram descartados para a utilização textos que, apesar de mencionarem os termos-chave, não dialogavam com o objeto de estudo.

Em um primeiro momento, foi definida a necessidade de uma análise do acervo dos documentos do período, mas o viés metodológico foi alterado em função da impossibilidade de acesso a esses registros, em virtude da greve da categoria dos funcionários da BCE. Devido a esse cenário, a pesquisa será apoiada nas produções acadêmicas que tem como foco a censura em Brasília e em como isso impactou a UnB e sua Biblioteca Central.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985)

O regime civil-militar brasileiro (1964-1985) foi um período de governo autoritário caracterizado pela intervenção das forças armadas – exército, aeronáutica e marinha – no poder político e foi marcado por uma série de transformações políticas, sociais e econômicas no país. Iniciou-se com o golpe militar de 31 de março de 1964, que depôs o presidente democraticamente eleito João Goulart, e durou até a redemocratização em 1985.

A instalação do regime foi motivada por uma série de tensões internas e externas. No contexto internacional, a Guerra Fria e a polarização entre blocos ideológicos (capitalismo, liderado pelos Estados Unidos, e socialismo, representado pela União Soviética) influenciaram o cenário latino-americano.

Internamente, o Brasil enfrentava uma crise econômica e política, com o crescimento das mobilizações populares, inclusive com greves em setores estratégicos da economia. Havia o aumento da polarização entre as tendências democráticas, que tinham como objetivo o fim do analfabetismo, a reforma agrária e melhoria das condições de vida da população do campo e da cidade; e as tendências que visavam a perpetuação do estado de atraso social e econômico imposto à classe trabalhadora.

[...] O período de 61 a 64 foi um dos de maior índice de greves da história brasileira. O clima político de lutas entre as facções e os grupos, aliado ao esgotamento do modelo econômico vigente, e os diferentes projetos para o país geraram um dos períodos históricos mais ricos de participação social, ou mais agitado e mais conturbado, segundo outras óticas de leitura dos acontecimentos (Gohn, 1995, p. 98).

O presidente João Goulart, era tido como alinhado às propostas de reformas de base, então as elites e as forças armadas temiam uma possível aproximação ao movimento socialista insurgente, o que gerava ameaça ao *status quo*.

Após o golpe, o Brasil foi governado por uma série de presidentes militares, iniciando com Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), seguidos por Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Esse período foi marcado por uma centralização do poder nas mãos do Executivo, pela suspensão das liberdades democráticas e pela adoção de práticas repressivas. A Constituição de 1967, que foi

alterada em 1969, consolidou as bases do regime autoritário, permitindo ao presidente a decretação de atos institucionais, a exemplo do AI-5 (Ato Institucional nº 5), considerado o mais controverso deles, por ampliar os poderes do governo e aumentar a repressão política.

Após o AI-5, a Junta Militar outorgou uma Emenda à Constituição de 67, que já era centralizadora, dando poderes ao Executivo de suspender a própria Constituição. Ela retirou a inviolabilidade dos mandatos parlamentares. Passou a imperar a Lei de Segurança Nacional, estabeleceu-se a censura, e suspenderam-se as eleições diretas para governadores (Gohn, 1995, p. 107).

De acordo com Silva (2016), o regime adotou uma estratégia de “desenvolvimentismo”, com o objetivo de modernizar a economia e promover um crescimento acelerado. Sob os governos de Médici e Geisel, o Brasil experimentou um período de expansão econômica conhecido como “milagre econômico”, impulsionado pelo investimento em infraestrutura e pela abertura ao capital estrangeiro. Contudo, o aumento gerou altos índices de desigualdade social e a concentração de renda em escala ascendente.

O período também foi marcado por uma intensa repressão política. A oposição ao regime foi duramente combatida por meio de censura, tortura, prisões, e mortes especialmente entre os militantes de esquerda, como os sindicalistas, os professores e os estudantes secundaristas e universitários. Organizações passaram a lutar contra o regime, enquanto também foi crescente a resistência de setores da sociedade, como por exemplo o movimento de estudantes, de intelectuais, de artistas e de religiosos.

A implantação do **Movimento das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica no Brasil**. As CEBs surgiram inicialmente nas zonas rurais, especialmente no Nordeste. Foram parte da nova política da Igreja Católica [...] Em 1968 o congresso de Medellín, na Colômbia, sistematizou a versão latino-americana para a participação da igreja no meio popular. Em 1978, em Puebla, reafirmou-se a opção de uma igreja voltada para os pobres, buscando melhorar as condições de existência na Terra. O cristão passou a ser definido como aquele que luta contra as injustiças sociais. A Teologia da Libertação, criada pelo colombiano Gutierrez e desenvolvida pelos brasileiros, os irmãos Boff, passou a ser o principal guia espiritual das CEBs (Gohn, 1995, p.107, grifo nosso).

Durante a década de 1970, o regime começou a enfrentar uma série de dificuldades econômicas, como a crise do petróleo de 1973, que afetou gravemente a economia brasileira. A partir da presidência de Geisel, de acordo com Codato (2005), houve uma mudança gradual nas políticas do regime, com uma abertura política lenta e controlada, denominada “distensão”. Esse processo visava uma transição negociada para a democracia, sem rupturas abruptas, o que

“correspondeu à necessidade de os próprios militares resolverem problemas internos à corporação, e não a uma súbita conversão democrática de parte do oficialato” (Codato, 2005, p.83). A eleição indireta de João Figueiredo em 1979 marcou o início de um processo de liberalização política, com a revogação de alguns atos institucionais, a anistia política (em 1979) e a gradual reabertura do espaço para partidos políticos de oposição.

O período de 1964 a 1985 foi, portanto, um ciclo de repressão política, desenvolvimento econômico desigual e lutas sociais por liberdade política. A redemocratização em 1985, com a eleição indireta de Tancredo Neves, simbolizou o fim do regime militar e o início da Nova República e, a partir da promulgação da constituição em 1988, foram restabelecidos os marcos da democracia no Brasil.

2.2 Universidade e ditadura militar

A ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), ao justificar-se sob o pretexto de combater o comunismo e garantir a “segurança nacional”, consolidou um projeto de poder que exacerbou as dinâmicas capitalistas e utilizou os aparelhos ideológicos do Estado (Althusser, 1985) para exercer controle sobre a sociedade. Esse controle não se limitou à repressão física e política, mas estendeu-se ao campo intelectual e cultural, onde a censura desempenhou um papel central como ferramenta de dominação ideológica. Ao suprimir vozes dissidentes e impor uma narrativa hegemônica, o regime não apenas se esmerou para restringir o acesso à informação como também procurou moldar a percepção pública para que legitimasse apenas determinadas visões de mundo que serviam aos interesses das elites econômicas e políticas. Esse projeto visou limitar perspectivas plurais e críticas, com vistas a enfraquecer a capacidade de questionamento e de mobilização coletiva, sua intenção era perpetuar a ordem econômica e social estabelecida.

aprendem-se na escola as ‘regras’ do bom comportamento, isto é, as conveniências que devem ser observadas por todo agente da divisão do trabalho conforme o posto que ele esteja ‘destinado’ a ocupar; as regras de moral e de consciência cívica e profissional, o que na realidade são regras de respeito à divisão social-técnica do trabalho e, em definitivo, regras da ordem estabelecida pela dominação de classe. (Althusser, 1985, p.58).

No âmbito educacional, a ditadura implementou uma estratégia dupla: por um lado, promoveu a expansão quantitativa do sistema de ensino, com aumento de investimentos em infraestrutura e produção de materiais didáticos; por outro,

intensificou o controle sobre o conteúdo e a prática pedagógica, visando neutralizar qualquer forma de pensamento crítico ou contestação. Como apontado por Althusser (1985), a escola funciona como um aparelho ideológico do Estado, responsável por inculcar nas novas gerações as "regras do bom comportamento", ou seja, as normas que garantem a reprodução da divisão social do trabalho e a manutenção da ordem vigente. No contexto da ditadura militar, essa função foi exacerbada, com a educação sendo instrumentalizada para formar indivíduos adaptados às demandas do mercado, em detrimento de uma formação crítica e emancipatória.

No cenário brasileiro do período era possível observar um aumento editorial e de investimento em setores específicos ditos educacionais, mas que escondiam o fato de que autores, editoras e bibliotecas permaneciam sendo censuradas e o sistema educacional estava sucateado. A pretensão era de aniquilar tentativas já bem sucedidas de educação popular, como a exemplo do método inovador inaugurado inicialmente em Angicos/RN por Paulo Freire, que buscava promover, por meio da alfabetização, a conscientização política e a autonomia dos educadores e dos educandos. Esse controle se manifestava não apenas em termos de repressão direta, mas também em uma "doutrinação" que visava moldar as consciências para a manutenção da ordem estabelecida, afinal a censura afeta profundamente a memória coletiva, pois ao controlar o que pode ou não ser dito, escrito e preservado, ela determina quais histórias serão lembradas e quais serão apagadas.

O regime adotava um processo de "normalização" da sociedade, buscando impedir qualquer dissidência e impondo uma narrativa unívoca que favorecesse os interesses das elites econômicas, afinal "a reprodução das relações de produção na divisão internacional do trabalho na etapa monopolista exige a reprodução das ideias que a suportam" (Kuenzer, Machado, 1993, p.30).

Nessa perspectiva, o regime de fato implementou uma lógica de controle que se estendia à produção intelectual a partir da ampliação do número de livros e materiais didáticos disponíveis (Deaecto 2013). Assim, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que os índices de publicação aumentavam, o sistema educacional sofreu uma erosão silenciosa, com a censura sobre autores, editoras e bibliotecas e com a imposição de um currículo pautado pela obediência às convenções do regime. A produção ideológica se traduzia, assim, em um projeto de tentativa de neutralização

do pensamento crítico, com a clara intenção de fortalecer a divisão social e a hierarquia existente.

O Estado autoritário via as universidades como uma ameaça, um ambiente dominado pela subversão, e, imbuído deste pensamento promoveu diversas operações de limpeza que consistiram na demissão ou aposentadoria de professores, perseguição de lideranças estudantis e da comunidade acadêmica, elaboração de leis e decretos que visavam limitar a atuação dos estudantes no espaço acadêmico, como por exemplo a proibição de manifestações e a necessidade de autorização prévia para a realização de eventos. (Camargo, 2022, p.16)

A Lei Suplicy de Lacerda (1964), por exemplo, proibia manifestações políticas no ambiente acadêmico e exigia autorização prévia para a realização de eventos, cerceando a liberdade de expressão e a organização estudantil. Essas medidas tinham como objetivo neutralizar qualquer forma de resistência intelectual e garantir que as universidades servissem aos interesses do regime, formando profissionais técnicos e alinhados ideologicamente, em vez de cidadãos críticos e engajados.

No campo educacional, o que se via era a imposição de uma educação voltada para a aceitação das regras da “divisão do trabalho”, como já alertava Karl Marx (1998), em que os indivíduos eram formados para ocupar posições pré-estabelecidas dentro da estrutura capitalista e hierárquica da sociedade. A aprendizagem das “regras do bom comportamento” e da “moral cívica e profissional” não se configurava como um processo de formação crítica e reflexiva, mas como um mecanismo de adaptação ao *status quo*, na tentativa de rebaixar as potencialidades intelectuais e críticas da população.

O desenvolvimento com segurança exige o aumento da produtividade do sistema de ensino, pela via da racionalização. Isto porque a educação é encarada como um instrumento capaz de promover, sem contradição, o desenvolvimento econômico pela qualificação da mão-de-obra, pela redistribuição de renda, pela maximização da produção e ao mesmo tempo o desenvolvimento da “consciência política” indispensável à manutenção do Estado autoritário. Assim, a educação teria efeitos desmobilizadores, impedindo a eclosão dos antagonismos próprios do modelo vigente. (Kuenzer, Machado, 1993, p.34)

Ou seja, o sistema de ensino, ao invés de provocar a reflexão sobre a realidade social e política, buscava, sobretudo, a conformidade dos indivíduos com as normas estabelecidas pelo poder dominante. Assim, o intuito era impor às escolas e universidades uma ordem moral e política que alinhava a educação à agenda do regime militar, dificultando a construção de um pensamento heterogêneo. Esse projeto de neutralização do pensamento crítico e de fortalecimento da divisão

social e hierárquica da sociedade deixou um legado que ainda hoje se faz sentir, e evidencia, desse modo, a importância vigente de resgatar e valorizar as experiências de educação popular e de resistência intelectual que foram reprimidas durante o período.

2.3 Bibliotecas em regimes de exceção

A censura, em suas diversas formas, constitui um dos mais poderosos aparelhos de controle ideológico e político, utilizado historicamente por regimes autoritários para moldar a percepção pública, controlar narrativas sociais e garantir a manutenção do poder. Ao restringir o fluxo de informações e limitar a diversidade de pensamentos, a censura atua como um mecanismo de supressão não apenas de ideias dissidentes, mas também de toda forma de expressão que possa desafiar ou questionar as estruturas dominantes.

As bibliotecas públicas desempenham, de modo geral, um papel crucial na democratização do conhecimento e na promoção do acesso à informação. Contudo, em contextos autoritários, essas instituições enfrentam desafios substanciais, tanto no que diz respeito à censura quanto à manipulação ideológica. A relação entre bibliotecas públicas e regimes autoritários é um tema que envolve complexas interações entre a política, a sociedade e a cultura da informação.

Em regimes autoritários, as bibliotecas públicas, como espaço de propagação de visões diversas, frequentemente se tornam ferramentas de tentativa de controle político. O Estado busca moldar o conteúdo disponível para o público, restringindo o acesso a ideias consideradas subversivas ou contrárias à ideologia do regime. Para tanto, muitas vezes são implementados mecanismos de censura, que podem afetar não só os livros, mas também outros recursos informacionais, como periódicos, filmes, e até exposições culturais. O controle das bibliotecas e dos diversos meios culturais torna-se uma maneira de garantir a adesão da população às narrativas oficiais e de limitar o diálogo entre pensamentos heterogêneos.

Durante regimes de exceção, as bibliotecas frequentemente se tornam alvos de destruição, seja por ataques diretos ou por negligência, afinal “O medo que os materiais bibliográficos causam e a tentativa de controle sobre a cultura e história de um povo acabam por acarretar a destruição desses suportes e de seu abrigo, a biblioteca” (Marques, 2022, p.196) Um exemplo notável foi a prática

de biblioclastia durante a guerra da Bósnia e Herzegovina² (1992-1995). Um dos eventos mais emblemáticos ocorreu em 17 de maio de 1992, quando o Instituto de Estudos Orientais de Sarajevo, “abrigo de uma das mais preciosas coleções de manuscritos islâmicos e otomanos” (Marques, 2022, p.201), foi atacado e incendiado. A destruição de livros foi muito comum nesse período; assim como o caso citado, também houve a destruição da Biblioteca Nacional e Universitária da Bósnia e outras 16 bibliotecas da Universidade de Sarajevo.

Outro exemplo marcante de bibliotecas inseridas em contexto de incerteza política ocorreu durante o regime nazista na Alemanha (1933-1945). Sob o governo de Adolf Hitler, as bibliotecas foram transformadas em instrumentos de propaganda e controle ideológico, ao mesmo tempo em que sofreram censura e destruição em massa.

Um dos episódios mais simbólicos desse período foi a queima de livros promovida pelos nazistas em 10 de maio de 1933. Estudantes, professores e membros da SA (Sturmabteilung, a milícia paramilitar nazista) organizaram queimas públicas de livros considerados “não alemães” ou “contrários ao espírito alemão”. Obras de autores judeus, marxistas, pacifistas e outros considerados indesejáveis pelo regime foram destruídas em praças públicas, incluindo trabalhos de autores como Bertolt Brecht, Sigmund Freud, Karl Marx e Heinrich Heine (United States Holocaust Memorial Museum, 2023).

As bibliotecas públicas e universitárias foram obrigadas a remover esses livros de seus acervos, e muitas coleções foram drasticamente reduzidas ou alteradas para se alinhar à ideologia nazista. Além da censura, as bibliotecas foram usadas ativamente para disseminar propaganda nazista. O regime criou listas de leitura obrigatória que promoviam ideais de superioridade racial, nacionalismo extremo e militarismo. Bibliotecários foram pressionados a aderir às diretrizes do Partido Nazista, e muitos foram demitidos ou perseguidos por não se alinharem ao regime, especialmente aqueles de origem judaica ou com ligações a movimentos de esquerda.

² A Guerra da Bósnia e Herzegovina ocorreu após a independência da Bósnia e Herzegovina da antiga Iugoslávia. O conflito envolveu principalmente três grupos étnicos: bósnios muçulmanos, croatas e sérvios. Os sérvios, apoiados pela Sérvia, tentaram criar uma “Grande Sérvia”, enquanto os bósnios e croatas buscavam estabelecer um Estado independente. O confronto resultou em graves violações dos direitos humanos, incluindo genocídios, especialmente contra os muçulmanos bósnios. A guerra terminou com os Acordos de Dayton, que dividiram o país em duas entidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina e a República Srpska (Marques; Araujo, 2022).

Podemos também analisar o caso do regime franquista³, que, de forma similar, foi marcado por um rígido controle sobre a cultura e a informação, nos quais as bibliotecas foram transformadas em instrumentos de propaganda e controle ideológico, enquanto a censura sistemática buscava eliminar qualquer conteúdo considerado contrário aos valores do regime.

Após a vitória dos nacionalistas na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o regime franquista implementou uma política de censura que afetou profundamente as bibliotecas. Livros considerados “subversivos” – incluindo obras de autores marxistas, anarquistas, republicanos, catalães, bascos e outros grupos associados à oposição – foram retirados das estantes e, em muitos casos, destruídos. A censura era justificada como uma medida para proteger os valores tradicionais da Espanha, baseados no catolicismo, no nacionalismo e na moral conservadora; os bibliotecários foram obrigados a seguir essas diretrizes, e muitos livros foram confiscados e queimados em campanhas de “purificação” cultural.

A constituição desse mecanismo de eliminação dos meios de informação, da propaganda antifranquista e da censura dos livros submetia todos os que trabalhavam pela difusão das notícias e obrigava-os a escrever em função da nova cultura e da ideologia franquista, já que a coerção não acontecia somente no lugar de trabalho que podia ser a redação do jornal, a livraria ou a biblioteca, mas o processo de extirpação da oposição ao regime tinha que ocorrer na mente desses “dispensadores de péssima informação”. (Miazzo, 2020, p.55/56)

A repressão a espaços de circulação de informações é uma das principais estratégias dos regimes ditatoriais para tentar manter o controle sobre a sociedade. Ao restringir o acesso a diferentes fontes de informação, esses regimes não apenas limitam a liberdade individual, mas também buscam enfraquecer a capacidade crítica da população. A luta pela liberdade de expressão e pela pluralidade de ideias é, portanto, essencial para a preservação da democracia e da autonomia dos cidadãos, sendo um dos principais desafios enfrentados por aqueles que buscam um regime transparente.

³ O regime franquista foi uma ditadura militar liderada por Francisco Franco, que governou a Espanha de 1939 até sua morte, em 1975. Surgiu após a vitória das forças nacionalistas na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), e consolidou-se com a imposição de um regime autoritário, centralizado e anticomunista. Durante esse período, houve forte censura, repressão política, perseguição a opositores e a eliminação das autonomias regionais. O regime também foi marcado pela promoção de uma ideologia conservadora e nacionalista, com grande influência da Igreja Católica e da Falange, o partido fascista espanhol. A transição para a democracia ocorreu após a morte de Franco, com a aprovação da Constituição de 1978 (Miazzo, 2020).

Em um cenário recente de intensificação dos ataques à democracia e à liberdade de expressão no Brasil, dois episódios emblemáticos de censura informacional ganharam destaque: a mutilação proposital de livros sobre direitos humanos e religiões de matriz africana na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE/UnB), em outubro de 2018, e a criação do chamado “Acervo da Vergonha” na Fundação Cultural Palmares (FCP), durante a gestão de Sérgio Camargo, a partir de 2019. No primeiro caso, a violência simbólica contra o acervo da BCE/UnB foi percebida como uma tentativa de silenciar temas associados à diversidade e aos direitos fundamentais, em um contexto de crescente intolerância fomentada por setores da extrema-direita (Amorim; Rabello, 2024). Já o segundo episódio envolveu a classificação e exposição pública de mais de cinco mil obras consideradas “inadequadas” pela direção da FCP, em um esforço explícito de deslegitimar produções ligadas aos movimentos negros e às pautas progressistas (Paulo; Rabello, 2024). Esses acontecimentos, ainda que distintos em suas formas, compartilham o objetivo de cercear o livre acesso à informação e à memória, refletindo estratégias autoritárias de controle ideológico que remontam aos mecanismos de repressão cultural da ditadura militar brasileira.⁴

Ambos os episódios remetem a estratégias de dominação simbólica características de regimes de exceção, nas quais bibliotecas e centros de documentação são alvos privilegiados. A destruição e a deslegitimação desses acervos, longe de serem ações isoladas, inscrevem-se em um projeto mais amplo de ataque à democracia, à diversidade e à liberdade de pensamento, reeditando práticas de censura e controle cultural historicamente utilizadas pelo Estado autoritário brasileiro.

2.4 Bibliotecário como um agente político

As bibliotecas como espaços de resguardo, preservação e divulgação de informação são constituídas por indivíduos que a impulsionam em direções que visem cumprir o papel para a qual foi criada. Nesse sentido o papel do bibliotecário,

⁴ Ambos os trabalhos (Amorim; Rabello, 2024; Paulo; Rabello, 2024) foram apresentados e premiados no 24º Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XXIV ENANCIB) e resultam de pesquisas de mestrado orientadas pelo Prof. Dr. Rodrigo Rabello, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCinf) da UnB.

como aquele profissional com saber técnico, impregna também o ambiente com seu compromisso político.

A interferência do bibliotecário sobre o processo de pesquisa e de transferência da informação ocorre a todo momento, a cada gesto, fala, postura, etc., quando de sua relação com o usuário. Inicia-se com a própria seleção dos materiais que formarão o acervo. Determinar prioridades é um ato político por excelência, refletindo identificações, concepções e redundando, necessariamente, numa interferência, já que a decantada possibilidade de opção oferecida pela Biblioteca Pública é fruto dessa seleção inicial. De igual modo, a análise de conteúdo dos documentos, pelo seu caráter subjetivo, propicia e exige a participação do profissional bibliotecário, com sua bagagem técnica, mas principalmente, com suas concepções, crenças e ideologias. (Almeida Júnior, 1995, p.7).

A seleção de materiais é um ato intrinsecamente político, pois reflete as concepções, valores e ideologias do bibliotecário, bem como os interesses da instituição que representa. Ao decidir quais obras serão adquiridas, quais serão destacadas e quais serão relegadas a um segundo plano, o bibliotecário está, conscientemente ou não, influenciando o acesso à informação e, conseqüentemente, moldando a formação intelectual e crítica dos usuários. Essa seleção inicial, muitas vezes vista como uma mera tarefa técnica, é, na realidade, um processo carregado de implicações sociais e políticas, já que determina as possibilidades de escolha que serão oferecidas ao público. A suposta liberdade de opção oferecida pela biblioteca pública é, em grande medida, fruto dessa seleção inicial, que pode tanto ampliar quanto restringir o horizonte de conhecimento dos usuários.

Além disso, a análise de conteúdo dos documentos, atividade central na organização e disseminação da informação, também é permeada pela subjetividade do bibliotecário. Ao classificar, indexar e resumir os materiais, o profissional não apenas aplica técnicas e normas, mas também interpreta e atribui significados, influenciando a maneira como os usuários irão compreender e utilizar essas informações. Essa interpretação é inevitavelmente influenciada pelas concepções, crenças e ideologias do bibliotecário, o que reforça a ideia de que sua atuação vai além da mera técnica, assumindo um caráter profundamente político.

Ou seja, a própria natureza da biblioteca, ao abrigar uma pluralidade de vozes e perspectivas, reflete essa dualidade, tornando-se simultaneamente um espaço de resistência e de reprodução de determinadas ordens estabelecidas. Nesse contexto, o bibliotecário atua como um mediador das tensões entre esses dois polos, e sendo desafiado a constantemente repensar suas escolhas e o papel

da biblioteca na sociedade, deve buscar um equilíbrio delicado entre o compromisso com a democracia e a liberdade de expressão, garantindo o acesso à informação de forma ampla e plural, e a necessidade de preservar certos valores sociais e culturais que podem ser considerados fundamentais para a coesão da comunidade.

Quem determina o caminho, a opção da biblioteca pública (conformista ou revolucionária) é o bibliotecário. Na verdade, podemos agora afirmar que a biblioteca pública, deixando de lado maniqueísmos e antagonismos, é ao mesmo tempo revolucionária e conformista, que a biblioteca pública, a exemplo de várias outras instituições, é ambígua, é contraditória por natureza. Não há instituições puramente revolucionárias ou puramente conformistas, todas carregam e exteriorizam as duas posições. (Almeida Júnior, 1995, p.10).

Portanto, a ambiguidade da biblioteca pública reflete não apenas a complexidade da própria instituição, mas também a complexidade do papel do bibliotecário, que deve, ao mesmo tempo, garantir a diversidade de acesso à informação e reconhecer e lidar com as implicações políticas e ideológicas que suas escolhas acarretam.

As defesas de uma Biblioteconomia progressista, contrapondo-se a uma visão conservadora da área, tiveram espaços e iniciaram a constituição de uma corrente teórica que se aproximava das ideias presentes nos Movimentos Organizados, da resistência, ou melhor, das resistências contra governos autoritários em vários países da América Latina, da Igreja progressista, da Teologia da Libertação, entre outras. (Almeida Júnior, 2015, p. 139).

Dessa forma, a biblioteca se configura como um espaço de complexa dualidade, onde o bibliotecário deve navegar entre a promoção da acessibilidade à informação e as implicações éticas e políticas das suas escolhas profissionais. Essa navegação exige um constante exercício de reflexão crítica e autocrítica, bem como um compromisso com os valores democráticos e com a defesa dos direitos humanos. Ao assumir esse papel, o bibliotecário se torna não apenas um guardião da informação, mas também um agente transformador.

As correntes teóricas da Biblioteconomia progressista, ao se contraporem a visão conservadora, desempenham um papel crucial na defesa da liberdade e na resistência aos regimes autoritários, alinhando-se a movimentos sociais e ideológicos que buscam justiça e emancipação, defendendo uma atuação mais engajada e consciente do bibliotecário, reconhecendo o potencial transformador da biblioteca como instituição social. Essa abordagem reafirma a responsabilidade da Biblioteconomia em não apenas fornecer informações, mas também em promover a equidade, atuando como um agente transformador na sociedade.

2.5 Atuação profissional e censura

A atuação profissional do bibliotecário, frequentemente associada à neutralidade e à imparcialidade, é desafiada por questões que transcendem a mera organização e disseminação da informação. Em um mundo marcado por desigualdades sociais, políticas e econômicas, o bibliotecário se vê diante de dilemas éticos que exigem uma reflexão crítica sobre seu papel na sociedade.

A pergunta “Como ser revolucionário considerando-se imparcial?”, proposta por Almeida Júnior (1995), coloca em xeque a noção de neutralidade no campo da Biblioteconomia, sugerindo que a imparcialidade é, na verdade, uma ilusão que beneficia estruturas de poder e dominação. Ao se apresentar como apolítico, o bibliotecário pode, inadvertidamente, reforçar práticas de censura e exclusão, negando sua responsabilidade social.

Nesse contexto, é fundamental discutir como a atuação profissional do bibliotecário pode ser tensionadora ao reconhecer o caráter político de seu trabalho. Ao combater a censura, esse ator promove o acesso democrático e plural à informação, dito isso, a imparcialidade, quando entendida como ausência de posicionamento político, é um conceito falacioso. O bibliotecário, ao lidar com a informação, está inevitavelmente inserido em um contexto social, político e econômico.

A seleção de materiais, a organização de acervos e a mediação da informação são atos intrinsecamente políticos, pois envolvem escolhas que refletem valores, ideologias e interesses. A pretensa neutralidade, portanto, pode ser interpretada como uma forma de cumplicidade com as estruturas dominantes, que buscam manter o controle sobre o acesso ao conhecimento e à informação.

A censura, nesse contexto, emerge como um desafio central para a atuação do bibliotecário. Embora a profissão seja guiada por princípios éticos que defendem o livre acesso à informação, a realidade muitas vezes impõe limites a essa liberdade. A censura pode se manifestar de forma explícita, como a remoção de obras consideradas controversas, ou de forma sutil, como a priorização de determinados conteúdos em detrimento de outros. Em ambos os casos, o bibliotecário é confrontado com dilemas éticos que exigem um posicionamento crítico e consciente.

Almeida Júnior (1995) alerta para o perigo de adotar uma postura apolítica, que nega a responsabilidade social do bibliotecário. A imparcialidade, nesse sentido, não é apenas uma impossibilidade teórica, mas também uma estratégia de manutenção do poder. Ao se apresentar como neutro, o bibliotecário pode estar, mesmo que inconscientemente, legitimando práticas de exclusão e silenciamento.

Para superar essa contradição, é necessário que o bibliotecário assuma uma postura crítica e engajada, reconhecendo o caráter político de sua atuação. Isso implica em questionar as estruturas de poder que influenciam o acesso à informação e em defender ativamente a democratização do conhecimento. A luta contra a censura, nesse sentido, não se limita à resistência contra a proibição de obras, mas envolve também a promoção de uma diversidade de vozes e perspectivas, especialmente daquelas que são marginalizadas ou silenciadas.

Diante do avanço acelerado das tecnologias digitais no contexto da “Quarta Revolução Industrial”, a censura assume contornos cada vez mais complexos e sutis, especialmente em países como o Brasil, onde o acesso à informação convive com desigualdades sociais e fragilidades institucionais. A internet e os dispositivos eletrônicos, ao mesmo tempo que ampliam o acesso ao conhecimento, também facilitam a centralização e o controle da informação, transformando o saber em mercadoria e instrumento de poder (Rodrigues; Bechara; Grubba, 2020). Essa dinâmica impõe desafios aos profissionais da informação, que precisam atuar como mediadores críticos em um cenário marcado pela sobrecarga informacional, pela disseminação de *fake news* e pelo uso político da tecnociência. Ao se tornarem peças-chave na curadoria, organização e disponibilização do conhecimento, esses profissionais enfrentam o dilema entre garantir a liberdade de acesso à informação e lidar com pressões externas que tentam manipular ou restringir determinados conteúdos. Assim, a censura contemporânea já não se apresenta apenas em formas explícitas e autoritárias, mas se manifesta de maneira difusa e disfarçada (Rodrigues; Bechara; Grubba, 2020), frequentemente legitimada por discursos de segurança, moralidade ou interesse público, exigindo dos mediadores da informação uma postura ética, crítica e tecnicamente qualificada para proteger os princípios democráticos de forma plural, inclusiva e socialmente consciente.

2.6 Bibliotecas universitárias e censura

Para compreender os impactos da censura nas bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar (1964-1985), este trabalho se apoia em estudos de pesquisadores que analisaram as estratégias de controle ideológico e as formas de resistência no ambiente acadêmico. Motta (2014) destaca o cerceamento da liberdade intelectual e a vigilância sobre universidades como parte do projeto autoritário do regime. Rodrigues (2013; 2016) aprofunda essa análise ao investigar a atuação da censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB), evidenciando práticas como a remoção ou ocultação de obras. Os relatos de Briquet de Lemos, incorporados nas análises de Rodrigues, reforçam a gravidade da repressão e o papel crucial das bibliotecas como espaços de preservação do conhecimento e resistência silenciosa à opressão. Essas fontes contribuem para a reflexão crítica sobre o passado autoritário brasileiro e seus efeitos duradouros nas instituições educacionais e culturais.

Dito isto, o período da ditadura foi marcado por intensa repressão política, censura e controle sobre as instituições educacionais e culturais. “O anseio por uma ‘limpeza’ ideológica levou ao bloqueio da livre circulação de ideias e textos e à instalação de mecanismos para vigiar a comunidade universitária” (Motta, 2014, p.8). Nesse contexto, as bibliotecas universitárias, como espaços de produção e disseminação do conhecimento, não ficaram imunes às interferências do regime. Essas bibliotecas, que deveriam ser ambientes de liberdade intelectual e pluralidade de ideias, foram alvo de vigilância e censura, refletindo o autoritarismo do Estado e suas tentativas de controlar o pensamento crítico e a circulação de informações.

Durante a ditadura, a censura se manifestou de diversas formas nas bibliotecas universitárias.

Em geral, se confrontado, o bibliotecário precisava justificar a presença de livros censurados em seu acervo ou a razão de não disponibilizar determinada obra, mas o medo disseminado impedia questionamentos, assim como os livros censurados não ficavam expostos nas prateleiras. (Rodrigues, 2016, p.41)

Outra prática comum foi a remoção de obras consideradas subversivas ou contrárias aos interesses do regime, “o principal objetivo do governo era disciplinar a vida acadêmica, numa equação entre menos críticas e mais respeito às hierarquias

e autoridades” (Rodrigues, 2016, p.38). Livros de autores considerados comunistas e subversivos foram retirados dos acervos ou tiveram seu acesso restrito.

Pesquisa realizada por Rodrigues (2013) sobre a censura na UnB vai ao encontro dos relatos de Briquet de Lemos. Segundo essa autora, a censura na biblioteca central durante o governo militar fez com que documentos ali encontrados fossem armazenados. Isso ocorreu após a primeira invasão ao espaço universitário, mantendo-se a unidade informacional lacrada mesmo com a liberação do campus. (Rodrigues, 2016, p.41).

Além disso, as publicações de cunho político, filosófico ou social que questionavam a ordem estabelecida eram frequentemente censuradas ou banidas, limitando o acesso de estudantes e pesquisadores a fontes diversificadas de informação.

Foi possível observar que, “aparentemente, alguns livros foram retirados do acervo, ou mesmo não incluídos, no intuito de mantê-los protegidos no cofre, visto que, se apreendidos pela repressão, poderiam não voltar para o acervo em outro momento”, isso explicita a prática da autocensura, com profissionais evitando disponibilizar obras que pudessem ser interpretadas como críticas ao regime. Essa postura, embora muitas vezes adotada como forma de proteção, contribuía para a manutenção do controle ideológico sobre o ambiente acadêmico.

Além da censura direta, as bibliotecas universitárias também foram afetadas pela perseguição a docentes, estudantes e funcionários envolvidos em atividades consideradas subversivas. Muitos bibliotecários, cientes do papel social de sua profissão, arriscaram-se a proteger obras censuradas. Em alguns casos, como visto, livros e documentos eram escondidos em locais não convencionais. Essas ações, embora arriscadas, representavam uma resistência silenciosa à opressão do regime.

Apesar das limitações impostas pelo regime, consideramos que as bibliotecas universitárias desempenharam um papel crucial na preservação da memória e da cultura durante a ditadura. Ao resistir à censura e ao controle ideológico, esses espaços contribuíram para a manutenção do pensamento crítico e para a formação de uma geração de intelectuais e ativistas que lutaram pela redemocratização do país. A atuação dos bibliotecários, muitas vezes em condições adversas, demonstra a importância de sua profissão como guardiões do conhecimento e defensores da liberdade intelectual.

As bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar foram espaços de tensão entre a censura imposta pelo regime e a resistência em defesa do acesso à informação. Apesar da repressão, as bibliotecas universitárias também

se tornaram símbolos de resistência intelectual, onde estudantes, professores e bibliotecários buscaram preservar o direito ao conhecimento e à liberdade de pensamento. Essa dualidade entre opressão e resistência reflete o papel crucial desses espaços na manutenção da memória e da luta pela democratização da informação, legados que continuam a influenciar a defesa da educação e da cultura no Brasil contemporâneo.

3 RESULTADOS

Num trabalho acadêmico, as pretensões muitas vezes não são plenamente satisfeitas. A pesquisa iniciou por buscar o objetivo de investigar a influência da censura imposta pelo regime civil-militar (1964-1985) na rotina dos profissionais da informação da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, fato que em sua gênese consideramos contemplado, uma vez que foi possível mapear como se deu o *modus operandi* de atuação do regime militar sobre os espaços responsáveis por produção e divulgação de conhecimento e informação. Porém, considera-se que há lacunas devido ao tempo restrito e a impossibilidade de acesso à documentação referente ao período, fato que pode ser sanado a posteriori por outras pesquisas.

Essa carência de fontes primárias reforça a necessidade de futuras pesquisas explorarem arquivos pessoais, correspondências institucionais e registros alternativos que possam lançar luz sobre as estratégias de controle da informação além dos documentos oficiais já conhecidos.

Por outro lado, o estudo abriu caminho para reflexões críticas sobre os legados autoritários nas políticas de informação contemporâneas. A persistência de certos silêncios documentais mesmo após a redemocratização sugere que a revisão das práticas biblioteconômicas sob uma perspectiva de memória e justiça são desafios ainda pendentes. Assim, os resultados aqui apresentados, ainda que parciais, servem tanto para evidenciar a atuação da ditadura em espaços de conhecimento quanto para estimular novas investigações que aprofundem as relações entre censura, arquivo e poder no Brasil.

3.1 Entre leis e silêncios: os fundamentos legais da repressão cultural

Como já mencionado, para a elaboração do presente trabalho houve a impossibilidade de acesso à documentação específica devido à greve da categoria dos funcionários técnico-administrativos, fator que por si representa o posicionamento político do grupo que integra o espaço. Diante do quadro, enveredamos por uma pesquisa de cunho documental-bibliográfico a partir de artigos publicados em periódicos, que levaram à afirmativa de que a intervenção não ocorreu por mero arbítrio, mas foi meticulosamente respaldada por um conjunto de

leis e decretos que, sob a justificativa de proteger a “segurança nacional”, institucionalizaram a censura e o controle ideológico.

A Constituição de 1967 reforçou esse arcabouço autoritário. Seu Artigo 150 (Inciso 8) declarava que é

livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica e a prestação de informação sem sujeição à censura, **salvo quanto a espetáculos de diversões públicas**, respondendo cada um, nos termos da lei, pelos abusos que cometer. (Brasil, 1967, grifo nosso).

No ano seguinte, com o acirramento das medidas tomadas pelos militares na tentativa de “combater a subversão e às ideologias contrárias às tradições do povo”, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi decretado. 13 de dezembro de 1968 foi o dia da publicação deste instrumento que suspendeu garantias constitucionais e concedeu ao governo poderes quase ilimitados para perseguir opositores e “criou condições para a censura à divulgação da informação, à manifestação de opiniões e às produções culturais e artísticas” (Reimão, 2014, p.76). Seu Artigo 4º autorizava a suspensão dos direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos, sendo que essa suspensão poderia acarretar em liberdade vigiada, proibição de frequentar determinados lugares e domicílio determinado, o que facilitava o controle do Estado sobre a vida das pessoas.

A UnB, conhecida por seu perfil progressista e crítico, foi uma das primeiras instituições a sentir o peso dessas medidas. Professores foram demitidos, estudantes foram presos e, dentro da biblioteca, livros eram confiscados das estantes.

Passados alguns anos, em 26 de janeiro de 1970, o governo militar editou o Decreto-Lei nº 1.077, estabelecendo as regras formais da censura prévia. O texto determina que qualquer publicação, livros e revistas, deveria passar por uma avaliação do Ministério da Justiça antes de ser divulgada (Brasil, 1970). O Artigo 1º era particularmente vago, proibindo conteúdos que contrariassem “a moral e os bons costumes”. Termos amplos como esses permitiam aos censores agir de forma discricionária, vetando desde obras marxistas até romances considerados “perigosos” por abordarem temas como desigualdade social ou resistência política, assim como conteúdos eróticos, já que esses “insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira”.

Ao contrário de uma ditadura que age apenas pela força bruta, o regime militar brasileiro construiu uma estrutura jurídica que dava cobertura às suas

arbitrariedades, de forma a oferecer aparência e respaldo legal a métodos censórios. O AI-5, a Constituição de 1967 e o Decreto-Lei 1.077 não eram meros instrumentos de repressão — eram leis, publicadas no Diário Oficial e aplicadas por tribunais. A censura na UnB, portanto, não era um ato isolado de violência, mas parte de um sistema que transformou a supressão do conhecimento em política de Estado.

3.2 Conhecimento vigiado: a Biblioteca da UnB no cerco da repressão

A trajetória da BCE durante os anos de repressão reflete, de maneira emblemática, as tensões entre o saber acadêmico e o autoritarismo estatal. Longe de ser apenas um espaço de organização e acesso à informação, a biblioteca assumiu um papel simbólico e estratégico na disputa entre liberdade intelectual e controle ideológico. Antes mesmo da conclusão do prédio em que hoje está instalada, inaugurado em plena vigência do regime militar, a Biblioteca Central esteve no centro de episódios que revelam a vigilância, a censura e a repressão impostas às universidades públicas brasileiras, refletindo o clima de perseguição política e ideológica que marcou a época.

Antes de ocupar o prédio em que funciona hoje, construído entre 1970 e 1973, a Biblioteca originalmente localizava-se em um dos galpões de Serviços Gerais construídos nos anos 60, o SG-12, próximo à via L2 norte (projetado em 1962 por João Filgueira Lima, o Lelé; construído entre 1964 e 1965). Na tarde de 20 de abril de 1967, uma quinta-feira, cumprindo agenda diplomática, o embaixador norte-americano John Tuthill procedeu à entrega de 4.000 livros doados pelos EUA à UnB (Coleção John F. Kennedy), em solenidade bastante policiada. Depois de feita a entrega, o embaixador deixou o saguão; uma porta metálica foi fechada e os estudantes, que estavam no local manifestando seu protesto contra o apoio norte-americano à ditadura, foram imediatamente presos, alguns dos quais feridos pela violenta repressão ali desencadeada. (Universidade de Brasília, 2015).

A BCE emergiu como um dos principais focos de tensão entre o regime autoritário e as instituições acadêmicas, ou seja, a biblioteca da UnB, enquanto espaço de produção e disseminação do conhecimento, tornou-se um alvo estratégico para as ações repressivas do Estado, refletindo o clima de perseguição política e ideológica que marcou a época.

O campus da UnB foi palco de um embate simbólico e material entre a liberdade acadêmica e o controle autoritário. Nesse contexto, a biblioteca não apenas abrigava livros e documentos, mas também representava um espaço de

resistência intelectual, frequentemente associado pelos militares a atividades subversivas.

O campus da UnB se transformou num cenário de guerra com as invasões ocorridas em 1964, 1965, 1968 e 1977, o clima de instabilidade e insegurança era constante, a propaganda contra a universidade tomava a imprensa e os boatos eram permanentes, poucos a conheciam de fato. Foi difundida a ideia, principalmente pelos militares, de que ali havia um antro de comunistas reunidos por Darcy Ribeiro, e por isso deveria ser aniquilado. (Camargo, 2022, p.17).

A primeira invasão à UnB, ocorrida em 9 de abril de 1964, ilustra a intensidade da repressão e o caráter arbitrário das ações militares. Na ocasião, um grande contingente de soldados adentrou o campus em busca de armas e materiais considerados subversivos. Após não encontrarem o que procuravam, os militares voltaram sua atenção para a reitoria e, posteriormente, para a biblioteca, o que marcou o início de um processo sistemático de intervenção e censura.

O resultado desta primeira invasão foi a apreensão de alguns livros, que poderiam ser encontrados nas bibliotecas de qualquer universidade; uma bandeira do Japão, que foi confundida pelos militares como bandeira da China, a prisão de doze professores sem que soubessem os motivos; a demissão do reitor Anísio Teixeira e a destituição do Conselho Diretor da Fundação Universidade de Brasília. (Camargo, 2022, p.111).

A biblioteca, enquanto repositório de ideias e conhecimento, foi alvo de narrativas construídas pelos militares para justificar a repressão, por meio das quais propagandas difamatórias na imprensa e boatos infundados alimentaram a ideia de que a UnB era um “antro de comunistas”, sob a influência de Darcy Ribeiro, um de seus fundadores.

Essas narrativas serviram para legitimar as ações repressivas e tentar desmoralizar a instituição perante a sociedade, desse modo, em 1968, durante outra invasão, a biblioteca foi novamente alvo de buscas, desta vez sob a alegação de que abrigava “material de propaganda comunista cubana, russa e chinesa” (Camargo, 2022, p.152).

A apreensão desses materiais, realizada por agentes do Serviço Secreto, do Exército e da Polícia Militar, foi amplamente divulgada como prova das supostas atividades subversivas da universidade. No entanto, a seleção e interpretação desses materiais foram claramente distorcidas para atender aos interesses do regime.

De acordo com dados da Comissão Anísio Teixeira De Memória e Verdade (Relatório de Setembro de 2015),

[...] dos livros separados como subversivos na Biblioteca constavam: *Le Rouge et le Noir*, de Stendhal; *O Círculo Vermelho*, de Conan Doyle; *A Revolução Francesa*, de Carlyle, e um álbum do arquiteto Le Corbusier, confundido com Roland Corbisier, e que, ao ser folheado, provocava as seguintes exclamações dos oficiais: “Olha como se tratam esses comunistas! Olha as casas que eles têm”. (Universidade de Brasília, 2015).

Assim, conclui-se que a história da BCE sob a ditadura não é apenas um registro de opressão, mas também um testemunho da capacidade humana de preservar e transmitir conhecimento contra todas as adversidades, afinal o acesso à informação é um pilar indispensável para a justiça social e a emancipação política, o que coloca os profissionais da informação em posição de destaque na sociedade, e contraria a ideia de neutralidade da profissão, afinal

Embora seja consenso que a Biblioteconomia não é simplesmente um conjunto de técnicas desvinculadas da sociedade, corrobora-se com Silva (2012) que é preciso perceber que a ideia de neutralidade já é uma das premissas do campo neoliberal que marca os parâmetros ideológicos que movem a sociedade hoje (Silva, 2018, p. 214).

A BCE, portanto, não foi apenas um local de guarda de livros, mas um símbolo da luta pela autonomia universitária e pela liberdade de pensamento, afinal “a violência policial não pode ser considerada propriamente simbólica, mas o fato de ela ter acontecido dentro de uma Biblioteca universitária, sim” (Universidade de Brasília, 2015).

As invasões e apreensões refletiam a tentativa do regime de controlar o fluxo de informações e ideias, eliminando qualquer possibilidade de dissenso. Ao mesmo tempo, a resistência da comunidade acadêmica, mesmo sob constante vigilância e repressão, demonstrava a importância desses espaços como bastiões da democracia e do pensamento crítico. A história da biblioteca da UnB durante a ditadura militar é, assim, um testemunho das tensões entre o autoritarismo e a busca pelo conhecimento, destacando o papel central das instituições educacionais na defesa dos valores democráticos.

3.3 Apresentação e interpretação dos resultados

Como já amplamente mencionado, o regime civil-militar brasileiro (1964-1985) consolidou-se como um projeto autoritário que buscou controlar não apenas as estruturas políticas e econômicas, mas também os mecanismos de produção e disseminação do conhecimento. Seu aparelho censório “teve raízes vindas do

Estado Novo, período de governo autoritário em que houve intenso controle sobre a circulação de ideias” (Greenhalgh, 2020, p.3). Essas raízes se consolidaram em 1939, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), importante órgão de censura e propaganda política, que deu origem ao Departamento Nacional de Informações (DNI) e se transformou, em 1964, no Serviço Nacional de Informações (SNI).

A justificativa de combater a "subversão comunista" serviu como pano de fundo para a repressão sistemática a espaços de debate intelectual, a exemplo das universidades e das bibliotecas. Nesse contexto, a censura tornou-se um instrumento central na manutenção do poder ao restringir o acesso a informações consideradas perigosas ao regime e promover uma narrativa oficial alinhada aos interesses das elites dominantes.

Apesar da censura não ser ferramenta política de controle de informações usada apenas em momentos autoritários, é em governos despóticos que ela se estrutura e passa a ser uma das ações de repressão contra opositores, ou contra aqueles que supostamente atentam contra o status quo. (Greenhalgh, 2020, p.2)

A Universidade de Brasília (UnB), fundada em 1962 com um projeto pedagógico inovador e crítico, logo se tornou um alvo prioritário do regime. Alunos e professores foram perseguidos e presos, prédios foram revistados e sua biblioteca central (BCE), enquanto espaço de circulação de ideias, foi alvo de invasões, apreensões e censura, fato que refletia a estratégia militar de neutralizar qualquer forma de pensamento divergente, portanto, não foi apenas um local de guarda de livros, mas um campo de batalha simbólico entre a liberdade acadêmica e o autoritarismo estatal.

A análise bibliográfica demonstrou que a BCE foi submetida a um rígido controle durante a ditadura, com ações que incluíram invasões e apreensões arbitrárias, censura e remoção de obras, além da perseguição de docentes e discentes. As invasões de 1964, 1965, 1968 e 1977 foram marcadas por buscas a livros considerados “subversivos”, muitas vezes baseadas em interpretações distorcidas.

O episódio de 1967, durante a doação da Coleção John F. Kennedy, terminou com a prisão de estudantes que protestavam contra o imperialismo norte-americano, situação que evidenciava a repressão a manifestações políticas no espaço da biblioteca.

A autocensura tornou-se uma prática comum entre os bibliotecários, que evitavam adquirir obras críticas ao regime para evitar perseguições.

Em entrevistas feitas por Rodrigues (2013, p. 41-42) a dois antigos funcionários da BCE, os mesmos disseram que: “Os livros que ficavam dentro do cofre eram os de Marx, Lenin, autores comunistas em geral” e que “se ficassem nas estantes, certamente seriam retirados, receberíamos denúncias, então livros que eram perigosos também iam, nem todos, alguns livros foram levados para o cofre. Por exemplo, o livro de pensamentos de Mao Tsé-Tung chegou em vários exemplares que vieram pelo correio, a bibliotecária abriu e quando viu era do Mao Tsé-Tung, tinham vários broches e tudo foi pro cofre. O bibliotecário fazia esse tipo de censura, mas não era a mesma motivação que o Estado, da polícia.” (Greenhalgh, 2020, p.7)

Os dados coletados permitem interpretar a BCE como um microcosmo das contradições do período ditatorial: a biblioteca foi alvo de intervenções porque representava um espaço de pluralidade de ideias, incompatível com o projeto autoritário de unificação discursiva. A censura visava não apenas suprimir conteúdos, mas também intimidar a comunidade acadêmica, a reforçar o medo como mecanismo de dominação.

A história da BCE durante a ditadura ilustra a importância das bibliotecas universitárias. Seu caso sustenta a necessidade de políticas de memória e verdade que reconheçam a censura como uma violação aos direitos humanos e à autonomia universitária.

A concepção de Biblioteca Central da UnB resultava de um conceito trazido por um de seus primeiros coordenadores, Edson Nery da Fonseca, de acordo com seu pensamento, buscava uma biblioteca interdisciplinar que pudesse englobar as mais diversas áreas de estudo, pesquisa e ensino. (Rodrigues, 2013, p.13)

Considera-se então que durante as invasões e apreensões, não era apenas o conteúdo das obras que estava em jogo, mas também o papel da biblioteca como um local de troca e resistência intelectual. As bibliotecas, tradicionalmente vistas como espaços neutros e de livre acesso à informação, tornaram-se espaços de risco, onde o simples ato de ler ou estudar poderia ser interpretado como uma subversão ao regime. O caso específico da BCE, com a apreensão de livros, revela a tentativa do Estado de não apenas suprimir a circulação de ideias consideradas "subversivas", mas também de modelar a produção intelectual e acadêmica dentro de uma visão unilateral, alinhada aos interesses de uma elite conservadora e militar.

A censura na BCE, além das invasões físicas, manifestava-se em práticas como a autocensura dos próprios bibliotecários, que, temerosos das consequências

de suas ações, passavam a evitar a aquisição de materiais considerados perigosos. Esta prática de autocensura, muitas vezes mais sutil e silenciosa, revela a pressão constante sob a qual os profissionais da informação operavam. Muitos de seus atos, ainda que motivados pelo medo, tinham como objetivo não apenas proteger a si mesmos, mas também proteger os estudantes e pesquisadores que frequentavam o local. Ao mesmo tempo, isso gerava um ambiente de desconfiança, onde o simples questionamento das normas estabelecidas podia resultar em perseguições e prisões.

A repressão não se limitava apenas ao cerceamento da circulação de obras físicas, mas também envolvia a intimidação das próprias formas de produção acadêmica. O regime militar adotou uma abordagem multifacetada para neutralizar qualquer oposição intelectual, estabelecendo um clima de medo que afetava tanto os alunos quanto os professores. A perseguição aos docentes e estudantes críticos ao regime foi uma prática comum, com inúmeras prisões, expurgos e demissões de professores que se opunham ao regime ou eram identificados como "suspeitos".

Ademais, a censura na BCE também se inscreve no contexto mais amplo da luta pelo controle do saber e da memória. A biblioteca não era apenas um local de armazenamento de livros, mas um espaço de resistência simbólica e material contra a tentativa de apagar e reescrever a história do país. Ao submeter o espaço acadêmico a uma vigilância constante, o regime procurava garantir que as novas gerações fossem educadas de acordo com seus parâmetros ideológicos, e não com uma visão crítica da história ou da política.

Este episódio da história da BCE sublinha, portanto, a relevância das bibliotecas universitárias não apenas como repositórios de conhecimento, mas também como espaços de resistência e preservação da memória coletiva. Elas são guardiãs não apenas do saber técnico e científico, mas também dos direitos humanos e da autonomia acadêmica, elementos fundamentais para a construção de uma sociedade democrática. A censura imposta ao acesso à informação e ao livre pensamento, portanto, não se limita a um ato de repressão política, mas configura uma violação dos princípios fundamentais da educação e da liberdade intelectual.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos materiais acadêmicos produzidos constata-se que a censura não foi apenas uma prática pontual, mas uma estratégia estrutural do regime para eliminar dissidências. No entanto, a resistência observada na BCE – seja na preservação clandestina de livros, seja na manutenção de redes informais de acesso ao conhecimento – mostra que o controle nunca foi absoluto. A biblioteca, portanto, emerge neste estudo como um símbolo da tensão entre autoritarismo e liberdade, cuja história ressoa até hoje em debates sobre democracia, educação e direito à informação.

Essa dualidade histórica nos convida a refletir sobre o papel das instituições de conhecimento como espaços de disputa política e cultural, onde se manifestam tanto os mecanismos de controle do Estado quanto às possibilidades de contestação e preservação da memória crítica. A experiência da BCE durante o regime militar demonstra que, mesmo em contextos de intensa repressão, a busca pelo conhecimento e a defesa da liberdade intelectual encontram formas de subsistir – seja através de práticas subterrâneas de circulação de ideias, seja na manutenção de um compromisso ético com a verdade histórica.

Esse fenômeno não se limitou ao passado: ele se desdobra em desafios contemporâneos por ainda nos encontrarmos diante do quadro de permanente ataque à democracia. Desse modo, nesse momento em que a desinformação e as narrativas distorcidas ganham espaço, a função das bibliotecas como guardiãs da memória crítica e como espaços de mediação informacional torna-se ainda vital. A ascensão de discursos autoritários e de tentativas de silenciamento de vozes dissidentes reatualiza a importância dessas instituições como trincheiras de resistência democrática.

O legado histórico da BCE no período ditatorial se vê desdobrado no cenário atual, no qual se reforça a necessidade de compreender as bibliotecas não como repositórios passivos de informação, mas como atores políticos fundamentais na construção e defesa de sociedades democráticas. Elas são espaços onde acontece o diálogo recursivo entre passado, presente e perspectivas futuras; alerta desse modo para os perigos da censura e celebra ainda a resiliência do pensamento crítico.

Assim, conclui-se que a história da BCE sob a ditadura não é apenas um registro de opressão, mas também um testemunho da capacidade humana de preservar e transmitir conhecimento contra todas as adversidades, afinal o acesso à informação é um pilar indispensável para a justiça social e a emancipação política, o que coloca os profissionais da informação em posição de destaque na sociedade, e contraria a ideia de neutralidade da profissão.

Nesse sentido, a biblioteca se afirma não só como um local de estudo, mas como um campo de batalha simbólico, onde se decide, cotidianamente, quem tem o direito de lembrar, de aprender e de contestar. Ela é um território em disputa, onde os silêncios impostos pelo poder confrontam-se com as vozes resgatadas pela pesquisa e pela preservação da memória. Cada livro escondido, cada obra censurada e depois recuperada, cada catálogo reorganizado sob pressão revela as fissuras do controle estatal e a persistência do pensamento livre.

Nesse espaço, a luta pela narrativa histórica se desenrola não apenas nas prateleiras, mas nas escolhas de aquisição, nas políticas de classificação e até no modo como os leitores são orientados – ou desencorajados – a buscar certos temas. A biblioteca, portanto, não é neutra: ela pode ser instrumento de dominação ou ferramenta de luta por liberdade, dependendo de quem a ocupa e de como suas potencialidades são mobilizadas. Se, por um lado, regimes autoritários buscam domesticá-la, transformando-a em depósito de versões oficiais, por outro, ela se reinventa como refúgio de ideias heterogêneas e laboratório de futuros alternativos.

Assim, mais do que um arquivo do saber, a biblioteca é um espelho das tensões de seu tempo – e um farol para aqueles que acreditam que o conhecimento, mesmo quando vigiado, nunca deixa de carregar em si a semente da transformação. Sua trajetória demonstra que o acesso ao conhecimento nunca foi uma concessão, mas sempre uma dura vitória obtida através da luta – uma batalha que se renova a cada geração. Os livros que sobreviveram à censura, as histórias que resistiram ao apagamento e as ideias que escaparam ao controle comprovam: a liberdade intelectual não é dada, é tomada. E essa tomada, como nos mostram as páginas recuperadas da história da BCE, exige vigilância constante. A lição que fica é clara: o direito de saber é conquistado na resistência cotidiana, na preservação obstinada e na coragem de quem insiste em ler, escrever e lembrar – mesmo quando há conspiração para o esquecimento.

Referências

ALEXANDRE, A. F. **Metodologia científica: princípios e fundamentos**. São Paulo: Blucher, 2021.

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: ambiguidade, conformismo e ação guerrilheira do bibliotecário**. São Paulo: APB, 1995. (Ensaio APB, n. 15).

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Conservadorismo e revolução (ou reformismo) na biblioteconomia e na ciência da informação. **Divers@!**, [S. l.], v. 8, n. 2, 2015. DOI: 10.5380/diver.v8i2.45052. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/diver/article/view/45052>.

AMORIM, Ana Karolina Amorim; RABELLO, Rodrigo. O livro e seus agenciamentos: biblioclastia na universidade de Brasília. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., Vitória, 2024. **Anais [...]**. Rio Vitória: UFES, 2024.

AZEVEDO, F. C. O silêncio dos livros censurados pela ditadura militar: uma abordagem a partir da perspectiva do patrimônio bibliográfico. **Revista Conhecimento em Ação**, [S.l.], v. 6, n. 1, 2021.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de estado: notas sobre os aparelhos ideológicos do estado**. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1985, 2ª edição.

BRANDT, Cleri Aparecida. **Regime nazista: as teorias ideológicas e educacionais moldando a formação do indivíduo nazi**. 2011. 206 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Pedagogia) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro, 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Promulgada em 24 de janeiro de 1967. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. Dispõe sobre a manutenção da Constituição de 1967 e das Constituições Estaduais, e confere ao Presidente da República poderes excepcionais, como decretar intervenção, suspender direitos políticos e cassar mandatos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 dez. 1968. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato-institucional/AI-5-68.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.077, de 26 de janeiro de 1970. Dispõe sobre a execução do artigo 153, § 8º, parte final, da Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 jan. 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 4 jun. 2025.

CAMARGO, Juliana Marques de Carvalho. **Invasão, repressão e violência**: uma análise da cobertura do jornal *Correio Braziliense* sobre as invasões da Universidade de Brasília durante o regime militar. 2022. 201 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2022.

CARVALHO SILVA, J. L.; LINS SILVA, R. Biblioteca, luta de classes e o posicionamento da Biblioteconomia brasileira: algumas considerações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 203–217, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16023>.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de Sociologia e Política**, [S. l.], n. 25, 2005. DOI: 10.5380/rsp.v25i0.7074. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/7074>.

DEAECTO, Marisa Midori; MOLLIER, Jean-Yves (Org.). **Edição e Revolução: Leituras Comunistas no Brasil e na França**. Cotia/Belo Horizonte: Ateliê Editorial/Editora UFMG, 2013.

FRANÇA, Franciane Monick Gomes de. **Atuação Da Biblioteca Nacional no Contexto da Censura às Obras Literárias Eróticas**: Abordagens Do Período Da Ditadura Militar. 190 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

FREITAS, Beatriz Silva. **Silêncio e censura**: a biblioteca da Universidade de Brasília nos anos de chumbo da ditadura militar. 60f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Biblioteconomia) – Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOHN, M. D. G. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo : Loyola, 1995.

GREENHALGH, R. D. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1–15, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n3.52231. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ies/article/view/52231>.

IGREJA, Paula Ribeiro da. Livros proibidos pelo sr. ministro da justiça. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16877>.

KUENZER, Acácia Zeneida; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Pedagogia Tecnista. In: MELLO, Guiomar Namó de (Org.). **Escola Nova Tecnicismo e Educação Compensatória**. 2. ed. São Paulo, Loyola, 1986. p. 29-52.

LEITÃO, Bárbara Júlia Menezello. **A relação entre bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e Regime Militar**: uma reflexão. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARQUES, Diana dos Santos; ARAUJO, André Vieira de Freitas. Biblioteca Invisível: a biblioclastia na Guerra da Bósnia e Herzegovina (1992-1995). **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 27, n. 3, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/25794>.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MIAZZO, Luca. **Literatura e censura nas ditaduras franquista e salazarista**. 121f. Monografia (Laurea Magistrale in Studi letterari) – Dipartimento di Studi Linguistici e Culturali Comparati, Universita Ca' Foscari Venezia. Veneza, 2021.

NAZI propaganda and censorship. **United States Holocaust Memorial Museum**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/nazi-propaganda-and-censorship>.

PAULO, Lucas S.; RABELLO, Rodrigo. Um acervo da vergonha para a comunidade negra brasileira? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., Vitória, 2024. **Anais [...]**. Rio Vitória: UFES, 2024.

PORTO, Luane Neves de Souza; THIESEN, Icléia. Bibliotecários na resistência à ditadura: entre lembranças e esquecimentos. **Informação@Profissões**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 89–107, 2021. DOI: 10.5433/2317-4390.2021v10n2p89. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/44478>.

RABELLO, Rodrigo. Quando memória material e documentação popular importam: esquadrão da morte na ditadura, testemunho de uma igreja na redemocratização do Brasil e intentonas golpistas. **Encontros Bibli**: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Da Informação, Florianópolis, v. 29, p. 1-47, 2024. DOI: 10.5007/1518-2924.2024.e99284. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/99284>.

RIBASCIK, Felipe. **O Instituto Nacional do Livro e os acervos possíveis na ditadura civil-militar (1964-1985)**: censura ou controle das edições? 108 f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2022.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...”: censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, Brasil, v. 28, n. 80, p. 75–90, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/79684>.

ROCHA, Luiza Alves; COSTA, Michelli Pereira da. Acervo da vergonha: censura e resistência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, [S. l.], v. 19, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1758>.

RODRIGUES, Carolina Carvalho. **A censura em bibliotecas universitárias brasileiras durante a ditadura civil-militar**. 99f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia e Documentação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; BECHARA, Gabriela Natacha; GRUBBA, Leilane Serratine. Era digital e controle da informação. **Revista Em Tempo**, [S.l.], v. 20, n. 1, nov. 2020.

RODRIGUES, Marcella Ludmila de Oliveira. **A censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília durante o período do regime militar**. 52 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Biblioteconomia) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SALCEDO, D.; COSTA, L. A. M. Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira. **Informação & Informação**, v. 23, n. 2, 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Ana Beatriz Ribeiro Barros. **O desgaste e a recuperação dos corpos para o capital: acidentes de trabalho, precarização e reabilitação profissional durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985)**. 424 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da. Por uma biblioteconomia progressista: menos técnicos, mais agentes de transformação social. *In*: SPUDEIT, D. F. A. de O.; PEREIRA, D. B.; LOBÃO, I. de S. L.; DAVID, J. G. (Org.). **Formação e atuação política na Biblioteconomia**. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p.209-223.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Relatório da Comissão Anísio Texeira de Memória e Verdade da Universidade de Brasília**. Brasília: FAC-UnB, 2015.

VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Bibliotecário e mudança social: por um bibliotecário ao lado do povo. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 16, n. 2, p. 207-215, jul./dez. 1988.

WIEDENHOFER VICTORINO, V.; ROSA CRESPO, M. O impacto da censura política na biblioteca central da universidade de Brasília: um estudo exploratório. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, [S. l.], v. 16, n. 1, 2021. Disponível em: <https://pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/58399>.

Apêndice A – Quadro dos documentos recuperados

BRAPCI		
Termos utilizados		“ditadura” and “biblioteconomia”
Ano	Autor(es)	Título
2021	AZEVEDO, Fabiano Cataldo; GARCIA, Erick Gonçalves; FREIRE, Stefanie Cavalcanti	O silêncio dos livros censurados pela ditadura militar: uma abordagem a partir da perspectiva do patrimônio bibliográfico bibliotecários na resistência à ditadura: entre lembranças e esquecimentos
2018	IGREJA, Paula Ribeiro da	Livros proibidos pelo sr. ministro da justiça
2021	PORTO, Luane Neves de Souza; THIESEN, Icléia	Bibliotecários na resistência à ditadura: entre lembranças e esquecimentos
2018	SALCEDO, Diego; COSTA, Luana Alves de Melo	Rosas de chumbo: da censura ao acesso informacional de documentos sigilosos na ditadura brasileira
BDTD		
Termos utilizados		“ditadura” and “biblioteconomia”
Ano	Autor(es)	Título
2023	FRANÇA, Franciane Monick Gomes de	Atuação da biblioteca nacional no contexto da censura às obras literárias eróticas: abordagens do período da ditadura militar
2022	RIBASCIK, Felipe	O Instituto Nacional do livro e os acervos possíveis na ditadura civil-militar (1964-1985): censura ou controle das edições?
Google Acadêmico		
Termos utilizados		“ditadura” and “biblioteconomia”
Ano	Autor(es)	Título
2021	WIEDENHOFER VICTORINO, Victória; ROSA Crespo, Maria	O impacto da censura política na Biblioteca Central da Universidade de Brasília: um estudo exploratório.
2020	GREENHALHG, Raphael Diego	Os livros e a censura em Brasília durante a ditadura militar (1964-1985)